

Operigo da “oteenização” do orçamento

Os novos procedimentos orçamentários deixam as autoridades governamentais em difícil situação. Desde 1988 ficou estabelecido que o orçamento votado pelo Congresso, que fixa a parcela do déficit a ser coberta por emissão de títulos federais (o Banco Central não mais podendo emitir para financiar o déficit), teria de ser respeitado. Não obstante, como a inflação mensal oscila entre 18/20%, torna-se extremamente difícil respeitar esse dispositivo, a única saída consistindo em pedir ao Congresso, a cada mês, autorização para novas emissões de títulos.

O orçamento aprovado havia-se baseado na estimativa de uma inflação de 120%, mas até o ministro da Fazenda reconhece que este ano a inflação não será inferior a 600%. Faz-se, portanto, necessário submeter novo orçamento ao Congresso, antes que as despesas autorizadas estejam totalmente exauridas. As autoridades fazendárias enfrentam, porém, um problema sério: como calcular os gastos e as receitas, com

inflação tão alta, se nada se sabe a respeito da evolução da taxa de inflação?

O ministro do Planejamento informou que está elaborando um orçamento indexado. As despesas com salários serão indexadas em função da URP, que voltará a vigorar em junho. Os gastos com a dívida externa serão indexados pela taxa cambial, os relativos à dívida interna pela OTN e, as despesas de custeio, pelo IPC. Não se fixou nenhum indexador para os investimentos porque, certamente, se espera que sejam financiados por meio de endividamento interno. Há, sem dúvida, boas razões para justificar essa decisão, que confere aos gastos maior nitidez e clareza e permite a elaboração de um orçamento realista. Existem, todavia, alguns inconvenientes.

O noticiário dos jornais não fala em indexação das receitas, o que leva a crer que estas irão acompanhar a inflação. Não é bem assim, pois, em tempo de inflação alta, a

defasagem entre o pagamento dos impostos e taxas, de um lado, e a correspondente disponibilidade por parte do Tesouro, de outro, implica uma perda não desprezível. Além disso, a inflação, se for alta, poderá provocar retração das vendas de bens e serviços, isto é, redução da arrecadação. Como se vê, é difícil, pela simples indexação (a URP e a taxa cambial estarão, naturalmente, próximas da taxa de inflação), eliminar o déficit decorrente da alta imprevista dos preços.

O que nos parece mais grave, entretanto, é o precedente que o próprio governo está abrindo, com a ampliação do princípio de indexação. Cabe notar, antes de tudo, que a indexação das despesas não favorece a austeridade: o setor público irá se “acomodar” com a inflação, sem procurar, sob a pressão do orçamento mais apertado, fazer os cortes que deveria e poderia efetuar. Na verdade, o governo está consentindo no aumento da pressão da famigerada inflação inercial.

O povo já se habituou a pagar mensalidades dos clubes e aulas de inglês em OTN, e a tendência do comércio, como se vê por certas lojas, é “oteenizar” seus preços. Somente os preços “cipados” ficam na triste situação de sujeitar-se à burocracia. Mais grave é a situação dos assalariados que fazem alguns pagamentos em OTN, mas recebem seus proventos em URP. Parece-nos perigoso esse avanço do governo no sentido da “oteenização” da economia, pois poderá desencadear uma nova onda nesse sentido, no momento mesmo em que deveriam ser feitos todos os esforços para restringir a indexação da economia, sob toda e qualquer forma, como bem o percebeu o governo ao suspender por dois meses o reajuste, pela URP, dos salários do setor público. Só poderíamos louvar o governo por seu empenho em elaborar um orçamento realista, mas talvez ele não tenha avaliado bem as consequências psicológicas e econômicas de sua decisão.